



continuação

a Companhia e suas controladas vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI- Certificado de Depósito Interbancário. **6.2 Classificação dos instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: **• Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).** **• Mensurados ao custo amortizado.** A classificação depende do modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas classificam os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: **• Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.** **• Investimentos patrimoniais mantidos para negociação;** e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas reclassificam os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **6.2.1 Reconhecimento e desreconhecimento:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **6.2.2 Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia e suas controladas classificam seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir: **• Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem. 6.2.3 Impairment:** A Companhia e suas controladas avaliam, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece, quando material, as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **6.2.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **7. Resumo das políticas contábeis materiais:** A Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Receita operacional:** As receitas operacionais da Companhia e suas controladas são oriundas das vendas de veículos novos e usados, peças e acessórios; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; e locação de veículos. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. **(i) Venda de mercadorias:** A receita operacional da venda de mercadorias (veículos novos e usados, peças / acessórios) no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais, bonificações e impostos sobre vendas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada da mercadoria vendida. **(ii) Bônus:** O bônus recebido das montadoras pela Companhia e suas controladas é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade. **(iii) Serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados. **(iv) Locação de veículos:** A receita de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e reconhecida no momento que o veículo é disponibilizado para uso do cliente. **b. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **c. IRPJ e CSLL:** A despesa com IRPJ e CSLL do período representa a soma dos tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de IRPJ e CSLL corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável. A diretoria avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no ativo quando houver montantes antecipadamente pagos que excedem o total devido na data do relatório. O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há direito e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. **d. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **e. Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Aeronave	18 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Benefetórias	5 - 10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada

## BCLV Comércio de Veículos S.A.

encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f. Ativos intangíveis (i) Software:** As licenças de programas de computador ("softwares") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de cinco anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. **(ii) Direitos de concessão:** Os direitos de concessão possuídos pela Companhia e suas controladas são direitos de comercializar determinadas marcas adquiridas de outros concessionários, que por sua vez tem prazo indeterminado. Os direitos de concessão são por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra Companhia. **g. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluindo na mesma classe de obrigação seja pequena. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do período, como despesas operacionais, exceto quando ocorrer pela passagem do tempo, cujo reconhecimento é efetuado no resultado do período, como "Despesas financeiras". **h. Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos principalmente relacionados a máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e imóveis (aluguéis das concessionárias e salas comerciais da sede administrativa). Desde o ano de 2019 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2) no balanço patrimonial como direito de uso e passivos de arrendamento. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remunerações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao de arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **i. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como direitos de concessão, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto os direitos de concessão, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ativo reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **j. Floor Plan:** As compras de veículos novos no segmento de concessionárias são realizadas preponderantemente pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos denominado "floor plan", com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuidade das montadoras. Os programas utilizados pelo Grupo possuem um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal de venda do veículo, que varia entre 30 e 60 dias, com incidência de juros de 100% do CDI mais 1 a 1,5% ao mês, após o período de carência. O Grupo reconhece todos os impactos floor plan nas demonstrações de fluxos de caixa como uma atividade operacional (fornecedores), tendo em vista que os montantes dos juros anuais e os saldos em aberto nas datas-bases para as operações que extrapolam o período de carência não são relevantes (Nota 18). **8. Mudanças nas políticas contábeis:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2023: **• Alteração ao CPC 26 (R11) - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **• Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. **9. Caixa e equivalentes de caixa / Aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e saldo bancário	30	1.966	46	2.089
Aplicações financeiras	58	11.898	3.266	11.898
	<b>88</b>	<b>13.864</b>	<b>3.312</b>	<b>13.987</b>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e suas controladas, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata com rentabilidade média de 1% ao mês do saldo final em 2023 e 2022.

**(b) Aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aplicações financeiras (i)	-	2.250	-	2.250
Fundo de aplicação (montadoras) (ii)	291	2.072	291	2.072
	<b>291</b>	<b>4.322</b>	<b>291</b>	<b>4.322</b>

(i) aplicação financeira vinculada a empréstimo bancário; (ii) hold back pago à BMW Serviços Financeiros; trata-se de percentual pago à montadora além do custo de aquisição do veículo, cujo montante é dirigido para um fundo de aplicação administrado pela montadora e devolvido com correção à Companhia. **10. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Duplicatas a receber	19.516	9.197	23.172	9.729
Garantias a receber	1.012	3.526	1.208	3.615
Cartões a receber	908	3.139	3.977	3.461
Outros créditos	-	7	-	7
(+) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(310)	(533)	(310)	(533)
	<b>21.126</b>	<b>15.336</b>	<b>28.047</b>	<b>16.279</b>

A Companhia e suas controladas, em 31/12/2023 não tinham nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. A despesa com a constituição dessa provisão é registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. A diretoria analisa individualmente os títulos vencidos por cliente e acredita que nenhuma provisão além da já constituída será necessária com relação a contas a receber com os respectivos clientes. A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras era a seguinte:

	Ativos não circulantes		Pas- Passivos não Total de		Ativo Líquido		Participação no Ativo Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou Equivalência Patrimonial
	Participação (%)	circu- lantes	circu- lantes	ativos	circu- lantes	passi- vos				
<b>31/12/2023</b>										
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	62,28	26.989	20.022	47.011	22.265	5.007	27.272	19.739	309	12.603
BRST Locação Ltda. (controle indireto)	77,88	3.278	5.845	9.123	1.458	4.138	5.596	3.527	-	2.746
		<b>30.267</b>	<b>25.867</b>	<b>56.134</b>	<b>23.723</b>	<b>9.145</b>	<b>32.868</b>	<b>23.266</b>	<b>309</b>	<b>15.349</b>
<b>31/12/2022</b>										
BMMOT Comércio de Veículos Ltda.	62,28	15.148	25.201	40.349	27.527	4.420	31.947	8.402	-	5.233
		<b>15.148</b>	<b>25.201</b>	<b>40.349</b>	<b>27.527</b>	<b>4.420</b>	<b>31.947</b>	<b>8.402</b>	<b>-</b>	<b>5.233</b>

(i) pagamento de juros sobre capital próprio para controladora.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>A vencer</b>	<b>19.048</b>	<b>9.191</b>	<b>26.235</b>	<b>9.745</b>

### Vencidos:

De 1 a 30 dias	912	5.006	646	5.379
De 31 a 60 dias	517	380	517	382
De 61 a 90 dias	26	334	26	348
De 91 a 180 dias	379	74	379	74
Acima de 181 dias	553	884	553	884
	21.435	15.869	28.356	16.812
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(309)	(533)	(309)	(533)
	<b>21.126</b>	<b>15.336</b>	<b>28.047</b>	<b>16.279</b>

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial da provisão para perdas em 1º de janeiro	533	533
Contas a rec. de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(224)	-
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	309	533

### 11. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Veículos novos	65.310	29.415	80.149	38.494
Veículos usados	10.037	2.075	11.927	2.075
Motos novas	6.961	3.723	6.961	3.723
Motos usadas	1.805	1.240	1.805	1.240
Peças e acessórios	8.292	7.022	9.694	8.115
(-) Provisão para perda	(1.364)	(1.595)	(1.364)	(1.595)
	<b>91.041</b>	<b>41.880</b>	<b>109.172</b>	<b>52.052</b>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição para as peças e acessórios e o custo de aquisição específico de cada item para os veículos e motos; e não excedem o valor de realização. O valor reconhecido como provisão para perda no estoque da Controladora no exercício findo em 31/12/2023 é de R\$ 1.364 (R\$ 1.595 em 2022). A diretoria acredita que nenhuma provisão além da já constituída será necessária com relação às peças obsoletas. **12. Tributos a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS a recuperar	2.355	3.170	2.733	3.492
IRPJ / CSLL a recuperar	2.000	209	2.124	248
Impostos e contribuições retidos	556	507	637	572
Pis/Cofins a recuperar	9	-	10	-
	<b>4.920</b>	<b>3.886</b>	<b>5.505</b>	<b>4.312</b>

Circulante

Não circulante	3.465	1.571	4.050	1.896
	1.455	2.315	1.455	2.416

O saldo de ICMS a recuperar trata-se de saldo credor das filiais do Distrito Federal (filiais incorporadas da extinta VSTM Comércio de Veículos S.A.) referente ao ressarcimento de ICMS-ST disposto na Instrução Normativa nº 16/2019, que será utilizado mensalmente nas apurações para redução do imposto a pagar. Os saldos de IRPJ e CSLL são estimativas recolhidas a maior durante o exercício que serão compensadas conforme prazos e regras fiscais. **13. IRPJ e CSLL: Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado:**

	Ativo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Controladora</b>				
<b>IRPJ e CSLL</b>				
Prejuízo fiscal a compensar	20.340	10.392	9.948	656
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	104	181	(76)	-
Provisão para valor não realizável nos estoques	464	543	(79)	-
Ativos de direito de uso/Passivos de arrendamento	-	(172)	172	(281)
Provisão para contingências	573	558	15	15
<b>Total</b>	<b>21.481</b>	<b>11.502</b>	<b>9.980</b>	<b>390</b>

**Consolidado**

<b>IRPJ e CSLL</b>				
Prejuízo fiscal a compensar	20.612	11.431	9.181	1.695
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	105	181	(76)	-
Provisão para valor não realizável nos estoques	464	543	(79)	-
Ativos de direito de uso/Passivos de arrendamento	(40)	(152)	112	(324)
Provisão para contingências	573	558	-	15
<b>Total</b>	<b>21.714</b>	<b>12.561</b>	<b>9.153</b>	<b>1.386</b>

No decorrer do exercício de 2023, a Companhia compenhou 30% do lucro tributável com prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de períodos anteriores no montante de R\$ 3.704. Ademais, foram reconhecidos no resultado de 31/12/2023, R\$ 13.707 de créditos tributários diferidos ainda não reconhecidos anteriormente. Importante ressaltar que o prazo de validade para utilização de tais créditos é indeterminado, de acordo com a legislação tributária vigente. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos sobre Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, indicada pelas projeções de resultado tributável, aprovadas pela diretoria, é conforme demonstrada a seguir:

	2024	2025	2026	2027
<b>Exercício</b>				
2024	3.959	-	-	-
2025	-	4.303	-	-
2026	-	-	4.399	-
2027	-	-	-	5.147
				<b>17.808</b>

**Conciliação da despesa de IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL correntes (a pagar) são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo, quando aplicável, os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>				
Resultado do exercício antes dos impostos	57.590	39.446	65.862	37.994
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Crédito (despesa) com imposto à alíquota nominal	(19.581)	(13.412)	(22.393)	(12.918)

### Apuração para alíquota efetiva

Equivalência patrimonial	2.718	(628)	-	-
Incentivo fiscal (base reduzida de				





ADS Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 13.439.535/0001-05

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022		Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
<b>Ativo circulante</b>					<b>Passivo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.230	2.518	17.731	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	19.493
Contas a receber de clientes	8	-	-	13.474	Fornecedores		-	-	362
Impostos a recuperar		193	137	354	Passivo de arrendamento	11.b	-	-	182
Dividendos a receber		2.669	3	-	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	428
Outros créditos		-	-	359	Tributos a pagar		-	-	442
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.092</b>	<b>2.658</b>	<b>31.918</b>	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	674
					Dividendos a pagar	16.c	2.777	12.235	2.777
<b>Ativo não circulante</b>					Outras contas a pagar		444	671	14.282
Títulos e valores mobiliários	9	-	-	41.070	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.221</b>	<b>12.906</b>	<b>38.640</b>
Depósitos judiciais	15	-	-	275	<b>Passivo não circulante</b>				
Investimentos	10	169.767	178.022	-	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	109.386
Direito de uso de ativos	11.a	-	-	5.182	Passivo de arrendamento	11.b	-	-	5.139
Imobilizado	12	-	-	247.236	Provisão para perdas com processos	15.a	-	-	275
Intangível		-	-	7.419	Provisão para desmobilização	14	-	-	8.022
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>169.767</b>	<b>178.022</b>	<b>301.182</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>				<b>122.822</b>
					<b>Patrimônio líquido</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>174.859</b>	<b>180.680</b>	<b>333.100</b>	Capital social		159.888	159.888	159.888
					Adiantamento para futuro aumento de capital		40	40	40
					Reserva legal		3.160	2.576	3.160
					Reserva de lucros		8.550	5.270	8.550
					<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>171.638</b>	<b>167.774</b>	<b>171.638</b>
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>174.859</b>	<b>180.680</b>	<b>333.100</b>
									<b>335.219</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>159.888</b>	<b>40</b>	<b>1.143</b>	<b>15.856</b>	<b>-</b>	<b>176.927</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.655	28.655
Constituição de reserva legal	16	-	1.433	-	(1.433)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(6.808)	(6.808)
Dividendos adicionais propostos	16	-	-	(31.000)	-	(31.000)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	20.414	(20.414)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>159.888</b>	<b>40</b>	<b>2.576</b>	<b>5.270</b>	<b>-</b>	<b>167.774</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.693	11.693
Constituição de reserva legal	16	-	584	-	(584)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(2.777)	(2.777)
Dividendos adicionais propostos	16	-	-	(5.052)	-	(5.052)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	8.332	(8.332)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>159.888</b>	<b>40</b>	<b>3.160</b>	<b>8.550</b>	<b>-</b>	<b>171.638</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais** - A ADS Energias Renováveis S.A. ("ADS Energias" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Campinas, constituída em 30 de março de 2011 e tem como objeto social: (a) a exploração no Brasil ou em outros países, direta ou indiretamente, dos negócios de geração de energia elétrica provenientes de pequenas centrais hidrelétricas, termelétricas a biomassa, cogeração a partir de biomassa, eólicas, centrais geradoras fotovoltaicas e termos solares, bem como suas instalações de transmissão de interesse restrito e instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada ("ICGS"); (b) a comercialização de energia elétrica nas diferentes formas e modalidades, participando de todos os segmentos dos mercados especializados, inclusive leilões de compra e venda de energia elétrica; (c) o desenvolvimento de todas as atividades e a prestação de todos os serviços associados ou necessários às atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, em todas as formas e modalidades, no âmbito do setor elétrico; (d) o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, no Brasil e em outros países; e (e) a participação no capital social de outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica provenientes de fontes alternativas. Os empreendimentos de geração de energia elétrica de fonte eólica ("Projetos"), de propriedade das controladas da Companhia, fazem parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído de 04 parques eólicos com capacidade instalada de 108,0 MW em um total de 40 aerogeradores, todos em plena operação, que compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. Os Projetos foram vencedores do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), tendo contratado a comercialização de 50,5 MW médios pelo prazo de 20 anos. Os projetos estão autorizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a operar como produtores independentes de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia desenvolve atividades empresariais no segmento de energias alternativas no Brasil através de suas controladas diretas e indiretas, em estruturas integradas denominadas de parques eólicos ("Parques" ou "Projeto"): • ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. ("Complexo do Senandes"); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A. ("Corredor do Senandes 2"); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. ("Corredor do Senandes III"); • ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. ("Corredor do Senandes IV"); • ADS ER Eólica Vento Aragono I S.A. ("Vento Aragono I").

**1.1. Consolidação:** a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro: i) **Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. ii) **Companhias consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

Controladas diretas	País	Controle direto e indireto no capital social (%)	
		2023	2022
ADS ER Complexo Senandes S.A.	Brasil	100	100
<b>Controladas indiretas</b>			
ADS ER Vento Aragono S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes II S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes III S.A.	Brasil	0,01	0,01
ADS ER Senandes IV S.A.	Brasil	0,01	0,01

b) **Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora.

**2. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

**3. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: **Julgamentos e estimativas relevantes:** a) **Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas

práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo. b) **Redução dos valores de recuperação dos ativos:** A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. c) **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia não parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**4. Políticas contábeis materiais** - A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de registro. b) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (nota explicativa no 9). c) **Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito esperadas, constituída com base em análise das contas a receber considerando o critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. d) **Investimentos:** Os investimentos mantidos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas, quando aplicável, às políticas contábeis da Sociedade. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e, posteriormente ajustados pelo reconhecimento da participação atribuído a Sociedade nas alterações dos ativos líquidos das investidas, deduzidas de provisões para redução ao valor de recuperação, quando aplicável. e) **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2023	2022
Aerogeradores e instalações	25	25
Móveis, utensílios e equipamentos	10	10
Máquinas e equipamentos	10	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado. f) **Intangível:** Representado por licenças e direitos para implantação e operação, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, são registrados ao custo e serão deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva ("CER"), 20 anos a partir do início das operações. g) **Redução ao valor recuperável - "Impairment":** No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Receitas líquidas de vendas	17	-	-	62.595
Custo dos produtos vendidos	18	-	-	(36.586)
<b>Lucro bruto</b>				<b>26.009</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Gerais e administrativas	18	(147)	-	(2.218)
Outras receitas (despesas)				
Líquidas	19	(378)	13.672	51
Resultado de equivalência patrimonial	10	11.969	17.438	-
		11.444	31.110	(2.167)
<b>Lucro operacional</b>		<b>11.444</b>	<b>31.110</b>	<b>23.842</b>
Resultado financeiro, líquido	20	249	1.017	(8.503)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>11.693</b>	<b>32.127</b>	<b>15.339</b>
Imposto de renda e contribuição social	21	-	(3.472)	(3.646)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>11.693</b>	<b>28.655</b>	<b>11.693</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação - R\$</b>		<b>0,07</b>	<b>0,18</b>	<b>0,07</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	11.693	28.655
Itens que serão classificados subsequentemente para o resultado:		
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente</b>	<b>11.693</b>	<b>28.655</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>11.693</b>	<b>32.127</b>	<b>15.339</b>
<b>Ajustes</b>				
Depreciação e amortização	18	-	-	17.822
Provisão para contingências	15	-	-	(190)
Perdas (ganhos) monetários não realizados de atividades financeiras		-	-	66
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	-	-	12.147
Equivalência patrimonial	10	(11.969)	(17.438)	-
Baixa de arrendamento mercantil	11.b	-	-	(252)
Provisão de Juros		-	-	1.365
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas		-	-	(5.385)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber de clientes		-	-	929
Impostos a recuperar	(56)	(126)	(59)	(47)
Outros créditos		-	-	598
Fornecedores		-	-	(82)
Impostos a recolher e obrigações sociais e tributárias		(3.472)	(687)	(3.538)
Outras contas a pagar	(227)	284	13.714	(270)
Depósitos judiciais		-	-	(25)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>(559)</b>	<b>11.375</b>	<b>55.300</b>	<b>69.389</b>
Recebimento de dividendos		17.558	4.340	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13	-	-	(11.581)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.753)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>16.999</b>	<b>15.715</b>	<b>40.966</b>	<b>53.042</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Títulos e valores mobiliários	9	-	-	(21.700)
Aumento na participação de controlada		-	-	17.798
Aquisições de bens do ativo imobilizado	12	-	-	(280)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>17.798</b>	<b>(21.980)</b>	<b>(2.455)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Dividendos pagos	16.c	(17.287)	(31.000)	(17.287)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	13	-	-	(18.946)
Pagamento de passivo de arrendamento	11.b	-	-	(1.142)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(17.287)</b>	<b>(31.000)</b>	<b>(37.375)</b>	<b>(50.669)</b>
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(288)</b>	<b>2.513</b>	<b>(18.389)</b>	<b>(82)</b>
<b>Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.518	5	36.120
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.230	2.518	17.731
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(288)</b>	<b>2.513</b>	<b>(18.389)</b>	<b>(82)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao

... continuação

### ADS Energias Renováveis S.A.

reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação dos ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2023 e 2022 são contas a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas. Em 2023 e 2022 a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros da Companhia mensurados pelo custo amortizado em 2023 e 2022 são fornecedores, empréstimos e financiamentos, e adiantamento de clientes. **Baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. **i) Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação do ativo de direito de uso, em anos, é como segue:

	2023	2022
Edificações e instalações	23	23
Veículos	3	3
Móveis e utensílios	3	3
Máquinas e equipamentos	1	1

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	Contratos 2023	Contratos 2022
Até um ano	13,74%	15,16%
Até dois anos	13,10%	14,97%
Até cinco anos	12,44%	13,93%
Até dez anos	13,00%	14,04%

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **j) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **k) Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados é contabilizada de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ICP 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. As provisões da Companhia referem-se à obrigação legal e foram determinadas com base nos custos estimados a incorrer no desmantelamento, desinstalação e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento. **l) Lucro básico e diluído por ação:** Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados. Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluí-

doras em circulação durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo no lucro por ação. **m) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social da Companhia e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária. **n) CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes:** A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes. A receita da venda de energia é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade da energia. • A Companhia não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as energias vendidas. • O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado. • For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados. A receita proveniente da venda de energia é reconhecida quando as energias são geradas e disponibilizadas e a titularidade/controlado é transferida. A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, no qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre – PLD, no qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **o) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. **p) Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social é representada pelos impostos correntes. i) Impostos correntes: A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro presumido do trimestre, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras. **q) Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

**5. Adoção das CPCs novas e revisadas – a) CPCs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. • CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021): A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). **b) Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade:** A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "principais políticas contábeis" por "informações materiais da política contábil". As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração de Prática 2. **c) Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação:** A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. **d) Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis:** A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituíram a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. **e) CPCs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas:** Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**6. Instrumentos financeiros –** As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

Ativos	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2.230	2.230	2.518	2.518
Dividendos a receber	N/A	2.669	2.669	3	3
		<b>4.899</b>	<b>4.899</b>	<b>2.521</b>	<b>2.521</b>

  

Passivos	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Dividendos a pagar	N/A	(2.777)	(2.777)	(12.235)	(12.235)
Outras contas a pagar	N/A	(444)	(444)	(671)	(671)
		<b>(3.221)</b>	<b>(3.221)</b>	<b>(12.906)</b>	<b>(12.906)</b>

Ativos	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	17.731	17.731	36.120	36.120
Contas a receber de clientes (*)	N/A	13.474	13.474	14.403	14.403
Títulos e valores mobiliários	N/A	41.070	41.070	13.985	13.985
Outros recebíveis	N/A	359	359	957	957
		<b>72.634</b>	<b>72.634</b>	<b>65.465</b>	<b>65.465</b>

  

Passivos	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Fornecedores	N/A	(362)	(362)	(444)	(444)
Empréstimos e financiamentos	N/A	(128.879)	(128.879)	(146.530)	(146.530)
Passivo de arrendamento	N/A	(5.321)	(5.321)	(5.931)	(5.931)
Dividendos a pagar	N/A	(2.777)	(2.777)	(12.235)	(12.235)
Outras contas a pagar	N/A	(14.282)	(14.282)	(568)	(568)
		<b>(151.621)</b>	<b>(151.621)</b>	<b>(165.708)</b>	<b>(165.708)</b>

(\*) Valor bruto de custo  
O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 (R1) e as novas categorias de mensuração de acordo com o CPC 48. O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos. • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado:** Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que afetam as operações da Companhia estão apresentados a seguir: **a) Estrutura de gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. **b) Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. • Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.230	2.518	17.731	36.120
Contas a receber de clientes	–	–	13.474	14.403
Títulos e valores mobiliários	–	–	41.070	13.985
Dividendos a receber	2.669	3	–	–
Outros créditos (nota 9)	–	–	359	957
	<b>4.899</b>	<b>2.521</b>	<b>72.634</b>	<b>65.465</b>

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir referências bancárias. Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceita para aquele cliente. Esses limites são revisados sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado. **c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos. A Companhia está sujeita aos seguintes riscos descritos abaixo: i) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permanecessem estáveis (CDI 11,75% ao ano de 2023), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira de R\$9,279. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira seria impactado em: (\*) Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI Relatário Focus de 5 de janeiro de 2024, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN.

Modalidade	Taxa efetiva em 31/12/2023	Expo- sição	Pro- vável	25%		50%	
				% Valor	% Valor	% Valor	% Valor
Aplicações financeiras (*)	11,75%	Baixa	2.200	259	8,81%	194	5,88%
			<b>2.200</b>	<b>259</b>	<b>8,81%</b>	<b>194</b>	<b>5,88%</b>

(\*) Montante resultante da soma dos saldos de aplicações financeiras (nota explicativa 7) e Títulos e valores mobiliários (nota explicativa 9).

**d) Risco de liquidez:** Na gestão do risco de liquidez a Companhia monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações da Companhia e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

	Controladora				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Outras contas a pagar	444	444	–	–	–
Dividendos a pagar	2.777	2.777	–	–	–
Posição líquida	<b>3.221</b>	<b>3.221</b>	–	–	–

  

	Consolidado				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	362	362	–	–	–
Outras contas a pagar	14.282	14.282	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	128.879	19.493	38.050	–	71.336
Dividendos a pagar	2.777	2.777	–	–	–
Arrendamentos a pagar	4.325	414	1.100	2.422	389
Posição líquida	<b>150.625</b>	<b>37.328</b>	<b>39.150</b>	<b>73.758</b>	<b>389</b>

(i) Referem-se aos certificados de depósito bancário, remunerados entre 98% e 100%

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



ADS Energias Renováveis S.A.		31/12/2023		31/12/2022		
do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em 2023 (75% e 90% em 2022) com liquidez imediata.						
<b>8. Contas a receber de clientes – Consolidado</b>						
	31/12/2023	31/12/2022				
Direitos a faturar (i)	12.843	13.523				
Clientes nacionais (ii)	631	880				
	<b>13.474</b>	<b>14.403</b>				
(i) Diretos a faturar refere-se a valores de geração de energia na qual não foram faturados contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica devido aos prazos contratuais, prazo médio para faturamento é de 60 dias; (ii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as análises de vencimentos do contas a receber de clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme a seguir:						
<b>9. Títulos e valores mobiliários</b> – Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$41.070 (R\$ 13.985 em 31 de dezembro 2022), a título de renda fixa que são remunerados em 99% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022, refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (nota 13), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais.						
<b>10. Investimentos – Controladora – a) Informações:</b>						
	Quantidade de ações possuídas		Patrimônio líquido		Participação direta (%)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ADS ER Eólica Complexo Senandes S.A.	159.704.541	153.218.936	169.750	178.003	100,00	100,00
ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.	1	1	48.829	51.383	0,01	0,01
ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A.	1	1	35.252	36.402	0,01	0,01
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.	1	1	33.994	35.715	0,01	0,01
ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A.	1	1	46.198	49.506	0,01	0,01
<b>b) Movimentação dos investimentos</b>						
	ADS ER Eólica		Outros		Total	
	Complexo Senandes S.A.					
Em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	177.983	12	177.995			
Dividendos	(17.800)		(17.800)			
Equivalência patrimonial	17.825	2	17.827			
Em 31 de dezembro de 2022	<b>178.003</b>	<b>19</b>	<b>178.022</b>			
Dividendos	(20.224)		(20.224)			
Equivalência patrimonial	11.971	(2)	11.969			
Em 31 de dezembro de 2023	<b>169.750</b>	<b>17</b>	<b>169.767</b>			
<b>11. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento – Consolidado – a) Direito de uso de ativos, líquido:</b>						
	Terrenos Imóveis		Veículos		Equipamentos	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	5.409	223	123			- 5.755
Adição		136				136
Depreciação	(342)	(103)	(68)			(513)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>5.067</b>	<b>256</b>	<b>55</b>			<b>- 5.378</b>
Adições e remensurações	94	(60)	75			39
Depreciação	(219)	(46)	(58)			(323)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<b>4.942</b>	<b>150</b>	<b>72</b>			<b>- 5.164</b>
<b>b) Passivo de Arrendamento</b>						
	Terrenos Imóveis		Veículos		Equipamentos	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	5.692	244	122			- 6.058
Adições e remensurações		136				136
Juros	615	35	6			656
Pagamento	(715)	(129)	(75)			(919)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>5.592</b>	<b>286</b>	<b>53</b>			<b>- 5.931</b>
Adições e remensurações	94	(60)	75			39
Juros incorridos	605	19	5			629
Pagamentos	(994)	(61)	(62)			(1.117)
Baixas	(231)		(21)			(252)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<b>5.066</b>	<b>184</b>	<b>50</b>			<b>- 5.321</b>
<b>12. Imobilizado – Consolidado</b>						
	Aerogeneradores e instalações		Móveis e utensílios		Máquinas e equipamentos	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	270.463	477	1.263	372		272.575
Aquisições	151	25				176
Depreciação	(16.719)	(159)	(126)			(17.005)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>253.895</b>	<b>343</b>	<b>1.136</b>	<b>372</b>		<b>255.746</b>
Aquisições	8.150	17	135			8.302
Depreciação	(16.507)	(179)	(126)			(16.812)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<b>245.538</b>	<b>181</b>	<b>1.145</b>	<b>247.236</b>		
<b>13. Empréstimos e financiamentos – Consolidado</b>						
	BNDS – moeda nacional		Taxa de juros		Vencimento	
ADS ER Vento Aragano	TJLP +2,51% a.a	Set/30	35.857			40.761
ADS ER Senandes II	TJLP +2,51% a.a	Set/30	26.238			29.826
ADS ER Senandes III	TJLP +2,51% a.a	Set/30	33.259			37.808
ADS ER Senandes IV	TJLP +2,51% a.a	Set/30	33.525			38.135
Total			128.879			146.530
Circulante			19.493			19.375
Não Circulante			109.386			127.155
Em 04 de outubro de 2013, as controladas da Companhia firmaram contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 277.440, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$ 223.036, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013 e a segunda tranche, no montante de R\$ 28.079 foi liberada em 27 de agosto de 2014. Em 23 de dezembro de 2015, o BNDES liberou a terceira tranche no montante de R\$ 20.737, a quarta tranche de R\$ 1.179 foi liberada em 18 de agosto de 2017, a quinta tranche R\$ 157 foi liberada em 27 de junho de 2018, a sexta tranche no montante de R\$ 345 foi liberada em 24 de maio de 2019. Houve cancelamento do saldo de R\$ 1.250 e alteração de R\$ 2.657 do saldo inicial das controladas, desta forma, não há mais valores a serem liberados nesses contratos. <b>a) Movimentações:</b>						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>						
Encargos provisão de juros						
(-) Juros pagos						
(-) Amortização do principal						
(+/-) Variação cambial s/amortização do principal						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>						
Encargos provisão de juros						
(-) Juros pagos						
(-) Amortização do principal						
(+/-) Atualização monetária sobre pagamentos de financiamentos						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>						
<b>b) Garantias:</b> O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de <i>project finance</i> ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia e suas controladas. <b>c) Covenants:</b> Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros ( <i>covenants</i> ), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura de						
<b>Maury Eduardo de Carvalho Bastos – Diretor Presidente</b>						
<b>Murilo Pastrello – Contador CRC SP 285.494/O-0</b>						
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas</b>						
Aos Sócios e Administradores da ADS Energias Renováveis S.A.						
<b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ADS Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da ADS Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outros assuntos:</b> Informamos e os valores correspondentes: As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 20 de abril de 2023, sem ressalva. <b>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de						
distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos						
procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.						
Campinas, 30 de abril de 2024						
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.						
CRC nº 2SP 011.609/O-8						
Fernando Augusto Lopes Silva						
Contador CRC nº 1SP 250.631/O-7						

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Annapurna Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

### Ata de Assembleia Geral de Constituição

**1. Data, hora e local:** No dia 11 de abril de 2024, às 16:00 horas, realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França, CEP 02337-080. **2. Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o documento no 01, anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, a saber, Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. **3. Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. **4. Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei no 6.404/76. **Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação **Annapurna Empreendimentos e Participações S.A.**; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. **5. Deliberações:** **5.1** Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Annapurna Empreendimentos e Participações S.A.** com Sede e Foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080. **5.2** Aprovar o capital social inicial de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), representado por 150 (setecentos e cinquenta ações) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está totalmente integralizado, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S.A., nos termos dos Artigos 80, III e 81 da Lei no 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nºs. 01 e 02 anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. **6.** Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento no 03 anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Annapurna Empreendimentos e Participações S.A.** em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. **7.** Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, brasileiro, natural do município de São Paulo, casado, sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob nº. 366.209.668.45, com endereço residencial na R. Quinze de Novembro, 200 - Centro Histórico de São Paulo - 01013-000, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, brasileira, natural do município de São Paulo, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e titular do CPF nº 352.021.748-10 com endereço residencial na R. Quinze de Novembro, 200 - Centro Histórico de São Paulo - 01013-000, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 (dois) anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. **8.** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do Artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6404/76. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. **10. Acionistas:** Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 11 de Abril de 2024. **Edson Vicente da Silva Filho**, Presidente; **Gabriela Albuquerque Pace**, Secretária. JUCESP/NIRE nº 3530063721-6 em 06/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo – I. Da denominação, sede, foro, prazo de duração e objeto.** Artigo 1 – A **Annapurna Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2 - A sociedade terá por objeto a Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3 - A Companhia tem sede e foro na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080, São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º - O jornal de grande circulação que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o jornal Data Mercantil, de forma impressa e digital. Artigo 5 - A Companhia iniciará suas atividades em 11 de abril de 2024, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo – II. Do capital social e ações.** Artigo 6 - O Capital Social da Companhia é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), dividido em 150 (cento e cinquenta ações) ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. §1 - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3 do Artigo 35 da Lei 6.404/76. §2 - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. §3 - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. §4 - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no Artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. §5 - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. §6 - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 7 - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cauteles. Parágrafo Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 8 - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei no 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o Artigo 45 da Lei no 6.404/76. Artigo 9 - A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo – III. Da Administração.** Artigo 10 - A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 (dois) Diretores, sendo um Diretor - Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. §1 - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. §2 - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. §3 - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição e separado previstos no §2 do Artigo 5 deste Estatuto. §4 - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. §5 - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remanescer 2 (dois) Diretores. §6 - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 11 - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. §1 - Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. §2 - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. §3 - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. §4 - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. §5 - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 12 - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 13 - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor-Presidente, isoladamente, por 2 (dois) Diretores, em conjunto, por 1 (um) Diretor e 1 (um) mandatário ou, ainda, por 2 (dois) mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1 deste Artigo. §1 - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor-Presidente, isoladamente, ou por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. §2 - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste Artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo – IV. Assembleia Geral.** Artigo 14 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. §1 - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. §2 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. §3 - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do §1 do Artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo – V. Conselho Fiscal.** Artigo 15 - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. §10 - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral em que os eleger. §2 - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo – VI. Exercício social e lucros.** Artigo 16 - O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 17 - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei no 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. §1 - Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei no 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. §2 - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 18 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 19 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. §1 - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o §1 do Artigo 16. §2 - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. §3 - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo – VII. Liquidação.** Artigo 20 - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. §1 - A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. §2 - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 11 de abril de 2024. **Edson Vicente da Silva Filho**, Presidente; **Gabriela Albuquerque Pace**, Secretária. Visto do Advogado: Vera Lucia Lopes Freitas, OAB/SP 113.498.

## GLP X Participações S.A.

CNPJ/MF nº 37.837.627/0001-01 – NIRE 35.300.563.379

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de junho de 2024

**1. Data, Hora e Local.** Em 10 de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede da **GLP X Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, Edifício Pedro Mariz Birmann 31, Itaim Bibi, CEP 04538-132. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença de acionistas representando 100% do capital social da Companhia. **3. Composição da Mesa.** (i) Presidente: Dani Abjeszy; e (ii) Secretário: Danilo de Matos Marcondes. **4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre: A. a aprovação da realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de 200.000 (duzentas mil) notas comerciais escriturais, em série única, sendo o valor total da emissão equivalente a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), para distribuição pública, objeto de garantia firme de colocação, ("Notas Comerciais Escriturais" ou "Notas Comerciais" e "Emissão"), nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 ("Lei nº 14.195") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta"), respectivamente, mediante a celebração do "Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, da GLP X Participações S.A." a ser celebrado entre a Companhia, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de representante dos interesses dos titulares das Notas Comerciais ("Agente Fiduciário" e "Titulares de Notas Comerciais"), e a **GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.368.761/0001-57 ("Fundo" ou "Avalista"), representado por sua gestora **GLP Capital Partners** Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda., inscrita CNPJ/MF sob o nº 13.478.471/0001-51, devidamente habilitada pela CVM para atuar como gestor por meio do Ato Declaratório nº 15.686, de 01 de junho 2017, na qualidade de avaliata ("Termo de Emissão" e "Gestora", respectivamente); B. autorização à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, (i) discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão; (ii) praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando, a o Termo de Emissão, o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, da GLP X Participações S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e determinada instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder" e "Contrato de Distribuição", respectivamente), bem como os demais contratos e/ou documentos relacionados à Oferta, observados os limites aqui previstos; (iii) contratar (a) o Coordenador Líder para intermediar e coordenar a Oferta; e (b) os demais prestadores de serviços para a Oferta, incluindo a instituição prestadora de serviços de escrituração das Notas Comerciais, a instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Notas Comerciais, o Agente Fiduciário, o assessor legal, o banco depositário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e C. ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, relacionados às matérias acima. **5. Deliberações:** Após a discussão das matérias, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram: **A. aprovar** a realização da Emissão e da Oferta, nos termos a serem pactuados no Termo de Emissão, com as seguintes principais condições: (i) **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"); (ii) **Quantidade.** Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Notas Comerciais Escriturais, em série única, sendo o valor total da emissão equivalente a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"); (iii) **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (iv) **Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será o dia 18 de junho de 2024, correspondente à primeira data de integralização das Notas Comerciais Escriturais ("Data de Emissão"); (v) **Data de Vencimento.** as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vencimento de 732 (setecentos e trinta e dois) dias, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 20 de junho de 2026 ("Data de Vencimento"); (vi) **Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, não serão atualizados monetariamente; (vii) **Remuneração.** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,13% (dois inteiros e treze centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"); (viii) **Pagamento da Remuneração.** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, da Amortização Antecipada Facultativa (conforme definido no Termo de Emissão), do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido no Termo de Emissão) ou da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido no Termo de Emissão) das Notas Comerciais Escriturais, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 20 de julho de 2024 e o último na Data de Vencimento, conforme cronograma de pagamentos disposto no Anexo I ao Termo de Emissão (cada uma delas, indistintamente, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); (ix) **Amortização do Valor Nominal Unitário.** Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Antecipada Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo e vencimento antecipado. Nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Notas Comerciais Escriturais serão pagos em uma única parcela, na Data de Vencimento ("Amortização do Valor Nominal Unitário" e "Data de Pagamento da Amortização"), quando em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração, ("Data de Pagamento"); (x) **Encargos Moratórios.** Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Titulares de Notas Comerciais por força do Termo de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista no Termo de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"); e (xi) **Local de Pagamento.** os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais Escriturais serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente nela; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, conforme definido no Termo de Emissão, para as Notas Comerciais Escriturais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **B. aprovar** a autorização à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos (i) discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão; (ii) praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo o Termo de Emissão e o Contrato de Distribuição e seus eventuais aditamentos, bem como os demais contratos e/ou documentos relacionados à Oferta, observados os limites aqui previstos; (iii) contratar (a) instituições financeiras para intermediar e coordenar a Oferta; e (b) os demais prestadores de serviços para a Emissão e a Oferta, incluindo a instituição prestadora de serviços de escrituração das Notas Comerciais Escriturais, a instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Notas Comerciais Escriturais, o Agente Fiduciário, o assessor legal, o Banco Depositário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e **C. aprovar** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos e lavrada a presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, que, após reabertura da sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, na forma sumária. A presente ata foi lavrada e assinada de forma digital. Foram impressas duplicatas físicas da ata, sendo uma mantida no livro de atas de assembleias gerais de acionistas e as demais enviadas ao registro de comércio, para os fins legais. São Paulo, 10 de junho de 2024. **Mesa:** Dani Abjeszy – Presidente; Danilo de Matos Marcondes – Secretário. **Acionistas:** GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Dani Abjeszy; Rômulo Ottoni Andrade).

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/06/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Mecano Pack Embalagens S.A.

CNPJ nº 53.400.248/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado			
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3.946	3.699	4.194	3.892	Fornecedores	8.855	5.685	8.774	5.886
Contas a receber	17.628	13.177	18.141	13.778	Empréstimos e financiamentos	3.611	4.959	3.611	4.959
Estoques	11.284	8.050	11.531	8.457	Salários e encargos sociais	1.888	1.240	2.147	1.340
Tributos a recuperar	1.578	636	1.645	665	Tributos a recolher	6.854	3.305	7.041	3.466
Outros ativos	1.878	448	2.192	560	Partes relacionadas	249	249	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>36.314</b>	<b>26.010</b>	<b>37.703</b>	<b>27.352</b>	Arrendamentos	2.609	330	2.609	330
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>					
IRPJ e CSLL diferidos	833	1.362	904	1.409	Adiantamentos de clientes	197	933	260	953
Depósitos judiciais	806	632	817	642	Outros passivos	964	334	964	334
Partes relacionadas	1.842	3.143	1.914	2.893	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>25.227</b>	<b>17.035</b>	<b>25.406</b>	<b>17.268</b>
Tributos a recuperar	181	181	181	181	<b>Patrimônio líquido</b>				
Investimentos	1.521	1.120	-	-	Capital social	7.290	7.290	7.290	7.290
Imobilizado	13.544	8.608	13.757	8.840	Reserva de capital	286	286	286	286
Intangível	655	346	676	365	Reserva legal	1.372	972	1.372	972
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>19.382</b>	<b>15.392</b>	<b>18.249</b>	<b>14.330</b>	Reserva de lucros (prejuízos acumulados)	10.861	3.816	10.861	3.816
<b>Total do ativo</b>	<b>55.696</b>	<b>41.402</b>	<b>55.952</b>	<b>41.682</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>19.809</b>	<b>12.364</b>	<b>19.809</b>	<b>12.364</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES</b>					
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado			
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>				<b>Lucro líquido do exercício</b>					
Receita operacional líquida	99.222	86.019	104.376	90.960	Outros resultados abrangentes	-	-	-	
Custo das vendas e dos serviços prestados	(62.208)	(54.485)	(64.783)	(57.451)	<b>Resultado abrangente total</b>	<b>7.988</b>	<b>3.856</b>	<b>7.988</b>	<b>3.856</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>37.014</b>	<b>31.534</b>	<b>39.593</b>	<b>33.509</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(24.060)</b>	<b>(23.530)</b>	<b>(26.281)</b>	<b>(25.449)</b>	<b>Atribuído aos sócios controladores</b>				
Com vendas	(5.421)	(5.545)	(5.666)	(5.712)	Capital social	7.290	7.290	7.290	7.290
Gerais e administrativas	(18.051)	(17.769)	(19.475)	(19.058)	Reservas de Lucros	803	624	803	624
Outras despesas operacionais	(989)	(195)	(1.140)	(679)	Reserva de Lucros	169	3.192	169	3.192
Resultado de equivalência patrimonial	401	(21)	-	-	Lucros (prejuízos acumulados)	(3.361)	-	(3.361)	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>12.954</b>	<b>8.004</b>	<b>13.312</b>	<b>8.060</b>	<b>Total</b>	<b>9.003</b>	<b>9.003</b>	<b>9.003</b>	<b>9.003</b>
Receitas financeiras	761	696	541	703	Patrimônio líquido consolidado	9.003	9.003	9.003	9.003
Despesas financeiras	(2.636)	(3.671)	(2.663)	(3.690)	Lucro líquido do exercício	3.856	3.856	3.856	3.856
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.875)</b>	<b>(2.975)</b>	<b>(2.122)</b>	<b>(2.987)</b>	Outros ajustes	(461)	(461)	(461)	(461)
<b>Lucro antes dos IRPJ e CSLL</b>	<b>11.079</b>	<b>5.029</b>	<b>11.190</b>	<b>5.073</b>	Distribuição de dividendos	(34)	(34)	(34)	(34)
IRPJ e CSLL correntes	(2.557)	(1.136)	(2.692)	(1.228)	<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>7.290</b>	<b>286</b>	<b>972</b>	<b>3.816</b>
					Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
					Outros ajustes	-	-	-	-
					Constituição de reservas	-	-	-	-
					Distribuição de dividendos	-	-	-	-
					<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>7.290</b>	<b>286</b>	<b>1.372</b>	<b>10.861</b>

As demonstrações com suas respectivas notas explicativas, estão à disposição na sede da Companhia.

Contador: Edison Massaki Otake - CRC nº1SP208.237/O-7

**DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento**

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 – NIRE 43.300.002.756 – Sociedade de Capital Aberto

**Assembleia Geral Extraordinária Edital de Convocação**

Pelo presente são convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 20/06/2024, às 15h00min, de modo **exclusivamente digital** por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto à distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: I. Aprovação da outorga de garantia, pela DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("DM CFI" ou "Companhia"), de aplicação financeira da Companhia, no valor de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), pelo prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, na operação da DM Instituição de Pagamento S.A. ("DM IP"), que consistirá na emissão de Cédula de Crédito Bancário, entre DM IP, em caráter de creditada e fiduciante, e Banco Industrial do Brasil ("BIB"), em caráter de credor, com a remuneração prevista de CDI + 0,52% a/m e prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da sua efetiva emissão; II. Inclusão do CNAE secundário 74.90-1-04 no CNPJ da Companhia, referente às atividades de mediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. III. Alteração do Art. 3º do Estatuto Social; IV. Consolidação do Estatuto Social e, V. Autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários à alteração do Objeto Social da Companhia. **Informações Gerais:** (i) Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGE, poderão ser solicitados à Companhia, através do e-mail [controladoria@voicedm.com.br](mailto:controladoria@voicedm.com.br); (ii) A AGE será instalada, nesta 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e (iii) Os acionistas poderão participar da AGE, em primeira convocação, de forma exclusivamente digital, nos termos descritos abaixo. **Manual de Participação:** Os acionistas poderão participar da AGE: (i) pessoalmente; ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído. Aos acionistas que decidirem participar e votar na AGE através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail [dmmfinanceira@voicedm.com.br](mailto:dmmfinanceira@voicedm.com.br), aos cuidados da Diretoria de RI. A comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: (i) documento de identidade com foto; (ii) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador; e (iii) quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 5 dias úteis antes da AGE e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 dias úteis antes da AGE. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGE. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGE, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. São José dos Campos, 29.05.2024. **Carlos Antonio Tamaki** – Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **Tharik Camocardi de Moura** – Diretor de Relações com Investidores. (29/05, 12 e 13/06/2024)

**Adonai Química S/A**

CNPJ/MF nº 02.703.755/0001-88 – NIRE 35.300.156.315

**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2024**

CNPJ/MF nº 02.703.755/0001-88 – NIRE 35.300.156.315  
**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2024**  
1) **Realização e Local:** 22 de abril de 2024, às 9h00, na sede social da Companhia, situada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, sala 85, bairro Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-005. 2) **Convocação:** Dispensadas as formalidades de publicação do Edital de Convocação, em razão da presença de 100% dos acionistas, conforme parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6404/76. 3) **Publicações:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram publicadas em 13/04/2024 no Jornal Data Mercantil, página 11. 4) **Presenças:** Acionistas representando 100% do capital votante e do capital total, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. 5) **Composição da Mesa:** Presidente: Carlos Cesar Floriano e Secretário: Joacks de Paula Lemos. 6) **Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (a) exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (b) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se houver; (c) determinação da remuneração dos Diretores, se houver. 7) **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** I. Análise, discutida e votada as matérias constantes na Ordem do Dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem reservas, aprovaram: (a) O Relatório de Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023; (b) Que, do resultado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 25.297.182,28 (vinte e cinco milhões, duzentos e noventa e sete mil, cento e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos), após a constituição da reserva legal de R\$ 1.264.859,11 (um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e onze centavos) e estatutária no valor de R\$ 1.802.424,24 (um milhão, oitocentos e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos), dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 6.008.080,79 (seis milhões, oitocentos e setenta e nove reais e nove centavos) e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 12.971.074,42 (doze milhões, novecentos e setenta e um mil, setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), restará em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 3.250.743,72 (três milhões, duzentos e cinquenta mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos), que serão mantidos em reserva de lucros retidos para aplicação no plano orçamentário da Companhia e à disposição dos acionistas; (c) A remuneração total da Administração paga em 2023, no valor total anual de R\$ 752.640,88 (setecentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos) e a remuneração para o exercício de 2024, no valor total anual de até R\$ 767.883,24 (setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos). II. Foi autorizada a publicação desta ata em forma de extrato. 8) **Aprovação e Assinatura da Ata:** Esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes: Kadosh Participações Ltda., por Alípio José Gusmão dos Santos; Formitex Empreendimentos e Participações Ltda., por Alípio José Gusmão dos Santos; e Leandro Luiz Chiachio; Alípio José Gusmão dos Santos e Carlos Cesar Floriano; pelo Presidente da Assembleia: Carlos Cesar Floriano e Secretário da Assembleia: Joacks de Paula Lemos. 9) **Acionistas:** Em obediência ao disposto no Estatuto Social consolidado, verifica-se que o quadro atualizado de participação societária no Capital Social da Companhia, é o seguinte:

Acionistas:	Quantidade de Ações ON
Carlos César Floriano	674.980
Formitex Empreendimentos e Participações Ltda.	280.540
Kadosh Participações Ltda	213.600
Alípio José Gusmão dos Santos	180.840
Aba Infra-Estrutura e Logística S/A	150.040
<b>Total</b>	<b>1.500.000</b>

Confere com o original lavrado em livro próprio. **Joacks de Paula Lemos** – Secretário da Assembleia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 213.561/24-4 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## PT-MCP Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 14.221.379/0001-74 - NIRE 35300412176

### Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A **PT-MCP Administração de Bem Próprio S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 7º Andar, Sala 703-F, Alphaville, CEP 06455-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.221.379/0001-74, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35300412176 (a "Companhia"), neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. **Marcus Vinicius da Mata**, vem convocar seus Acionistas para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a realizar-se no próximo dia **25/11/2024 às 08:00 horas**, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, 350, 7º andar, sala 703-F, Alphaville, CEP 06455-020, para tratar da seguinte **ordem do dia**: **(a)** exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; **(b)** deliberação sobre a autorização para que a Prime Aviation Taxi Aéreo e Serviços Ltda. seja operadora da aeronave de propriedade da Companhia; **(c)** deliberação sobre a autorização para cessão parcial de uso da aeronave de propriedade da Companhia à Prime Aviation Taxi Aéreo e Serviços Ltda., para sua operação nas modalidades de Transporte Aéreo Privado (TPP) e Transporte Não-Regular – Taxi Aéreo (TPX); **(d)** deliberação sobre a autorização para que a Prime Aviation Taxi Aéreo e Serviços Ltda realize a administração e gestão da aeronave de propriedade da Companhia, bem como a administração do "Programa de Compartilhamento e Intercâmbio de Bens" desenvolvido pela Prime Aviation Participações e Serviços S.A., do qual a Companhia é signatária; **(e)** deliberação sobre a autorização para que a Prime Aviation Participações e Serviços S.A. realize a gestão empresarial da Companhia; **(f)** ratificação sobre a autorização para disponibilizar a Aeronave aos cotistas aderentes ao "Programa de Compartilhamento e Intercâmbio de Bens" desenvolvido pela Prime Aviation Participações e Serviços S.A., viabilizando a troca de uso de aeronaves de propriedade das sociedades signatárias deste programa, nos termos da Subparte K do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 91; **(g)** deliberação sobre a realização de melhorias na aeronave de prefixo PT-MCP, de propriedade da companhia, sendo tais melhorias a realização de pintura externa e reforma interna da aeronave, cuja escolha do prestador de serviços que executará as melhorias caberá exclusivamente aos diretores da companhia, pelo valor total de até R\$ 250.000,00, sendo certo que cada um dos acionistas deverá aportar recursos no valor de R\$ 50.000,00 a Companhia em 10 parcelas mensais, fixas e consecutivas, no valor de R\$ 5.000,00 cada uma, em todos os dias 05 dos 10 meses subsequentes a realização da assembleia, para viabilizar a realização das melhorias, que deverão ser concluídas no prazo de até 01 ano contado da data de realização da assembleia. (08, 11 e 12/06/2024)

## Águas de Itu Gestão Empresarial S.A.

Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 08.455.185/0001-30 - NIRE 35300353161

### Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

**Fernando Antonio Bertin**, na qualidade de Diretor da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10, parágrafo segundo, do Estatuto Social, c/c. o artigo 123, da Lei nº 6.404/76, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da **Águas de Itu Gestão Empresarial S.A. - Em Recuperação Judicial**, a ser realizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.012, 8º andar, e **simultaneamente via videoconferência, tal como autorizado pelo art. 121 parágrafo único, da Lei 6.404 de 1976**, por meio do link: <https://us02web.zoom.us/j/87539019046?pwd=ACQkYXpsJlhkZWFlbApqIDdHUmhGPHU0L1>, no dia 26/06/2024, às 09:30 horas em primeira convocação, se presentes acionistas representativos de 3/4 (três quartos) do capital social, e às 09:45 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia**: **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício encerrado em 31/12/2023; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e sobre a eventual distribuição de dividendos; **c)** consolidar a alteração do Art. 16 do Estatuto Social da Companhia, registrada perante a JUCESP em 10/09/2019, sob o nº 482.982/196. **Informações Gerais:** Os acionistas que assim quiserem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no Estatuto Social da Companhia. A documentação referente às deliberações foi publicada dentro do prazo legal. São Paulo, 06/06/2024. **Fernando Antonio Bertin**, Diretor. (11, 12 e 13/06/2024)

## Heber Participações S.A.

Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 01.523.814/0001-73 - NIRE 35300346882

### Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

**Silmar Roberto Bertin**, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, parágrafo único, do Estatuto Social, c.c. o artigo 123, da Lei nº 6.404/76, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da **Heber Participações S.A. - Em Recuperação Judicial**, a ser realizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.012, 8º andar, e **simultaneamente via videoconferência, tal como autorizado pelo art. 121, parágrafo único, da Lei 6.404/76**, por meio do link: <https://us02web.zoom.us/j/81430192212?pwd=LdVSKDhkdUkFzAVkPs9l2RdZ7aVWgdL1>, no dia 26/06/2024, às 10:30 horas em primeira convocação, se presentes acionistas representativos de 3/4 do capital social, e às 10:45 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia**: **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício encerrado em 31/12/2023; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e sobre a eventual distribuição de dividendos; **c)** alteração do endereço da sede da Companhia; **d)** consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações que não foram consolidadas anteriormente. **Informações Gerais:** Os acionistas que assim quiserem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no Estatuto Social da Companhia. A documentação referente às deliberações foi publicada dentro do prazo legal. São Paulo, 06/06/2024. **Silmar Roberto Bertin**, Presidente do Conselho de Administração. (11, 12 e 13/06/2024)

## Cars Duo 001 Administração de Bens Próprios S.A.

CNPJ/MF nº 21.602.764/0001-27 - NIRE 35.300.474.180

### Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A **Cars Duo 001 Administração de Bens Próprios S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Alameda Tocantins, 350, 7º Andar, Sala 703-H, Alphaville, CEP 06455-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.602.764/0001-27, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35300474180 (a "Companhia"), neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. **Marcus Vinicius da Mata**, vem convocar seus Acionistas para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a realizar-se no próximo dia **21 de junho de 2024 às 08:00 horas**, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, 350, 7º andar, sala 703-H, Alphaville, CEP 06455-020, para tratar da seguinte **ordem do dia**: **(a)** exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** deliberar a ratificação da extensão da utilização dos automóveis da Companhia pelo período de outubro de 2023 a outubro de 2025, bem como a ratificação da obrigação dos acionistas em aportar à Companhia, cada um o valor de R\$ 67.517,50 (sessenta e sete mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos) podendo ser pago parceladamente, para que a Companhia arque com os custos de despesas com manutenção da Companhia e de seus automóveis em referido período. (12, 13 e 14/06/2024)

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/06/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

